

Agenda Mediática e Agenda Pública do caso BPN: uma análise dos canais de televisão em *prime-time* e da rede social Facebook¹

Mafalda LOBO²

Patrícia CONTREIRAS³

Centro de Investigação Media e Jornalismo, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Este artigo⁴ resulta da análise de conteúdo e de discurso de noticiários publicados em *prime-time* nos jornais televisivos *RTP1*, *SIC* e *TVI*, durante o ano 2009, no que se refere à cobertura jornalística do caso de corrupção: o *BPN*. E de um grupo criado pelo Facebook no ano de 2012: “BPN – O Maior Escândalo Financeiro na História de Portugal”.

Considerando que o Facebook ganha relevância não apenas na produção e na divulgação de informação mas também no debate de temas divulgados nos *media* tradicionais, pretendemos analisar como os cidadãos debateram o caso *BPN* nesta rede, e em medida as relações que se estabelecem entre os *media*, o poder e a opinião pública agregam várias linguagens e sensibilidades que solicitam novas abordagens de interpretação diferentes das abordagens feitas pelos *media* tradicionais.

Fundamentamos este artigo nas teorias de *Agenda-Setting*, *Agenda Pública*, *Corrupção Política*

Palavras-chave: caso *BPN*; televisão; *Agenda-Setting*; facebook; corrupção política.

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Bolseira FCT - Programa Doutoral Estudos de Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade da Universidade do Minho. Mestre em Comunicação Social pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-UL). Tem desenvolvido trabalho como investigadora em projetos de investigação na área dos *media* e da política email: mafalobopereira@gmail.com.

³ Socióloga e Investigadora do Centro de Investigação Media e Jornalismo desde 2006. Concluiu o mestrado em Novos Media e Práticas Web (área das Ciências da Comunicação) pela Universidade Nova de Lisboa em 2012. Bolseira do projeto “Journalistic Coverage of Political Corruption: a comparative perspective” coordenado por Isabel Ferin Cunha, email: patricia.contreiras@fcs.unl.pt

⁴ A investigação é parte integrante do projeto “Journalistic Coverage of Political Corruption: a comparative perspective”, com referência FCT, PTDC/IVC-COM/5244/2012, em curso, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia - FCT, cuja investigação centra-se no estudo da Corrupção Política nos *media* tradicionais e nas suas edições eletrónicas; nos estudos das redes sociais, nomeadamente em *blogs* políticos na perspectiva comparada em três países do *arco ibero-afro-americano* (Brasil, Moçambique e Portugal).

Introdução

A teoria do *Agenda Setting* elaborada por Maxwell McCombs, na década de 70 do século passado, defendia que o debate de temas na opinião pública depende dos *media* tradicionais (jornais, televisão e rádio). Esses meios (re) constroem a realidade social e dizem às pessoas os temas/assuntos a ser debatidos ou pensados. Embora esta teoria continue atualmente a fazer sentido, ela deverá ser (re) pensada face aos surgimentos dos novos *media*. Podemos dizer que hoje, a agenda tradicional dos *media* coexiste com outro tipo de agenda – a agenda (pública) das redes sociais. Os fenómenos de “auto-comunicação de massa” combinam-se e interagem com os fenómenos massmediáticos tradicionais (Castells, 2009). A web 2.0 por meio da interação, com a criação de grupos à volta de interesses específicos, como é o caso das redes sociais (Recuero, 2009), permite que grupos de cidadãos se inter-relacionem, que apoiem causas, que discutam temas de interesse público, expressem opiniões sobre vários temas/assuntos de forma direta, descentralizada, sem o filtro dos *media* tradicionais, facto que tem levado alguns autores a falarem da formação de uma nova opinião pública. Partindo da definição de agenda pública - designada por um conjunto de questões que conseguem atingir um elevado nível de interesse público e de visibilidade (Roger Cobb, Jenie-Keith Ross & Marc Roward Ross, 1976), e do conceito de agenda mediática, vamos analisar de que forma cidadãos comuns, jornalistas, políticos, comentadores, instituições, governos, empresas, grupos académicos entre tantos outros que participam também no espaço mediático, incorporam cada vez mais esta nova cultura comunicacional que leva a uma maior discussão e participação dos cidadãos na vida democrática assente em novos enquadramentos e diferentes perspetivas que fogem à lógica *massmediática*.

Formada por atores (instituições, pessoas ou grupos) e conexões (interações e laços sociais), a web 2.0 tem vindo a tornar os cidadãos mais participativos e interventivos no debate político, adquirindo a forma de inteligência coletiva. A Internet e os novos *media* (Dahlberg, 2001; Castells, 2009) podem representar um novo espaço de intervenção política na esfera pública (Dewey, 1927; Arendt, 1959; Habermas, 2003). Habermas, nos seus trabalhos mais recentes, afirmou que “a esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nelas os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas” (Habermas, 2003, p. 92). Recorremos a uma metodologia

interdisciplinar ancorando-nos nas contribuições de estudos voltados para a Comunicação e Política, e pesquisas em cibercultura e redes sociais no sentido de deciframos o sentido dos fenómenos socioculturais e políticos na era digital.

Vivemos na era da “auto-comunicação de massa”, segundo Castells (2009), em que produzimos e partilhamos conteúdos em massa na Internet. Isto não significa que não dependemos mais dos *media* tradicionais. Em Portugal, por exemplo, de acordo com um estudo denominado “Públicos e Consumos de Media”, desenvolvido pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social, baseado num inquérito, “ a televisão continua a ser o meio de comunicação mais utilizado para o consumo de notícias entre os públicos portugueses”. De acordo com este estudo, 93% dos portugueses recorreram aos programas televisivos noticiosos como fonte de recurso às notícias, o que demonstra o carácter predominante de acesso à informação. Em segundo lugar, surgem as redes sociais (66%), ligeiramente à frente dos jornais impressos.

Estudos realizados por Sousa e Triães (2007, 2010) e Maia (2006, 2011) consideram que as perceções dos portugueses se fundamentam principalmente nos *media* tradicionais. Contudo, a cobertura de casos de corrupção política nos *media* tradicionais, tem inevitavelmente reflexos nos *media* sociais, nomeadamente em blogues e redes sociais que se constitui cada vez mais como espaço de discussão pública de vários temas que marcam a agenda dos *media*. Na discussão dos casos da corrupção, a análise das múltiplas plataformas digitais da Internet, como as redes sociais e os blogues, revelam as perceções que os cidadãos têm dos casos. Segundo Estrela Serrano (2014), os blogues introduzem novas visões e interpretações alternativas às veiculadas pelos *media* tradicionais no que respeita à discussão do fenómeno.

1. Corrupção: origem epistemológica do termo

O termo corrupção encontra raízes etimológicas no latim *corruptione* e *corruptus*, significando estes a deterioração, decomposição física, orgânica de algo ou putrefação⁵. No

⁵ Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa e Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa

entanto, é no quadro social que o seu uso se tem acentuado e clarificado o seu significado. E aí, a forma verbal verbal *corrumpere* permite que o prefixo *com-* intensifique a ação de *rumpere*, estragar, destruir. É em Aristóteles, argumenta Llaca (2005: 48), foi o filósofo Aristóteles o primeiro a utilizar a palavra corrupção para descrever a decadência nos governos monárquico e democrático e a sua transformação, por corrupção, em tirania, a oligarquia ou demagogia.

Nos nossos dias, e apesar da proliferação e, por vezes, da vulgarização do seu uso, o termo corrupção surge de forma cada vez mais indissociável da noção de corrupção política, já com camadas de sentido herdadas do conceito de burocracia descrito por Max Weber (2000), enquanto gestão da coisa pública por um corpo profissionais qualificados, evoluindo num percurso meritocrático. E encontra, naturalmente, influências que, já à beira do século XXI, estabeleceram a ponte entre a noção clássica do termo e a Modernidade. Castoriadis escreve, criticando o lucro e o dinheiro como «único valor» proclamado em «todas as sociedades ocidentais» (2012:101):

«A corrupção generalizada que se observa no sistema político-económico contemporâneo não é periférica ou anedótica, tornou-se um traço estrutural, sistémico, da sociedade na qual vivemos. Na verdade estamos a tocar num factor fundamental da sociedade em que vivemos (...): a íntima solidariedade entre um regime social e o tipo antropológico, o leque formado por todos esses tipos, necessário para fazê-la funcionar»

Por norma, a corrupção é entendida como um sintoma de anomia social, isto é, como um fenómeno que evencia um ou mais episódios de desordem, de rutura. Porém, essa mesma rutura ocorre fora da legalidade pelo que ajuda a organizar a nossa visão do que está ou não correto/legítimo no que respeita transações económicas.

Paixão (2010) distingue diversos tipos de escândalos políticos: o escândalo político sexual (pedofilia, adultério, redes de prostituição, entre outros.); o escândalo político financeiro (subornos, burlas, desvios, fugas aos impostos, branqueamento de capitais crimes contra o Estado, etc.) e o escândalo político de poder (tráfico de influências, associação danosa, peculato, etc.). Para Lull & Hinerman (2005), atos privados que ofendem a moral instituída numa comunidade quando tornados públicos e inseridos na narrativa dos *media*, designam-se de escândalos mediáticos. Os efeitos da mediatização dos escândalos podem provocar o reforço ou a rutura da estrutura de valores dominantes.

Associado ao termo corrupção política, aparece também muitas vezes o conceito de escândalos políticos, que Thompson (2002) diz ter-se tornado parte importante da vida pública. Eles sinalizam, na atualidade, o carácter instável das democracias e descrença nos políticos, agravada pela crise económica e financeira. Segundo Castells (2009, p. 41) os sistemas políticos estão a atravessar uma crise estrutural de legitimidade, com escândalos sucessivos, totalmente dependentes da cobertura dos *media* e de liderança personalizada e cada vez mais distantes dos cidadãos. Coleman & Blumer (2009) acreditam que as relações entre o público e os detentores da autoridade política estão a sofrer transformações neste contexto.

Na última década o jornalismo em Portugal tem sido pautado pela cobertura de vários casos de corrupção política. No próximo capítulo iremos contextualizar a corrupção política em Portugal assim como ilustrar a perceção que os portugueses têm dela.

2. Posicionamento e perceção da Corrupção Política em Portugal

O Barómetro da Corrupção 2013⁶ desenvolvido pela organização não-governamental Transparency International⁷, analisou as respostas de uma amostra de 114 000 inquiridos em 107 países e fornece, no caso de Portugal, resultados alinhados com uma opinião negativa o combate à corrupção. De acordo com o relatório, 57% dos inquiridos considerava que a corrupção tinha “aumentado muito” nos últimos dois anos. Questionados sobre quais as instituições mais corruptas, 73% indicaram os partidos políticos, e 66% referiram o parlamento e as instituições militares. A função pública foi a quarta instituição mais referidas como entre as mais corruptas. Todas estas instituições cobrem, no seu conjunto, os três poderes democráticos: executivo, deliberativo e judicial, na medida em que os seus titulares, em grande parte atores políticos, surgem maioritariamente associados a partidos políticos e muitos assumem ou assumiram funções parlamentares. Adicionalmente, tanto os atores políticos como os funcionários do sistema judicial integram o corpo mais geral da Administração Pública.

Apesar da visibilidade dos casos de corrupção em sede de Justiça parecerem estar a crescer, vários autores Maia (2014) sublinham que os números parecem mostrar alguma eficácia na ação dos mecanismos de investigação criminal e de aplicação de penas

⁶ Cf. <http://www.transparency.org/gcb2013/country/?country=portugal>

⁷ A Transparency International (www.transparency.org) é uma organização não governamental que divulga anualmente a listagem do índice de corrupção existente em cada um dos países que fazem parte de organização.

punitivas, Entre 1993 e 2010 explica Maia, o sistema judicial instauram uma média de 154 novos processos por ano por suspeitas de corrupção. Destes só foi deduzida acusação em um terço e só dois terços dos 78 suspeitos foram punidos com qualquer pena. O Corruption Index, desenvolvido pela associação Transparency International, colocava Portugal na 31ª posição em 175 países analisados, com uma pontuação de 63 pontos em 100.

A percepção da corrupção não é de todo proporcional à real dimensão do fenómeno criminal, dado que o tempo que decorre entre o ato de cometer os indícios, passando pela investigação e abertura dos processos judiciais até à cobertura mediática é muito grande. Quando o caso é mediatizado, o que normalmente acontece é a cobertura dos casos têm uma elevada intensidade mediática.

O projeto de investigação “Journalistic Coverage of Political Corruption: a comparative perspective” que abrange além dos *media mainstream*, os blogues, debruça-se sobre a cobertura de um conjunto de casos de corrupção que se estenderam no tempo, envolvendo dirigentes políticos, governantes, tendo obtido grande mediatização nos *media* tradicionais e nas redes sociais. Os casos de corrupção ocorreram em Portugal no período 2005-2012 e são o Face Oculta, Freeport, os Submarinos e o *BPN*. A análise na televisão incidiu apenas nos casos maior número de peças. A escolha do caso do *BPN* baseia-se fundamentalmente por ter sido o único caso da banca que lesou o Estado em vários milhões de euros e que envolveu vários grupos bancários de grande dimensão, como o Banco de Portugal (BdP) e a Caixa Geral de Depósitos (CGD) o outros como o Banco Privado Português (BPP), o Banco Insular, o Montepio-Geral, o Banco Efisa.

Em 1993 a Soserfin e o Norcrédito, duas sociedades financeiras de investimentos sofrem uma fusão, originando o *BPN* vocacionado para a banca de investimentos. Cinco anos mais tarde, um anterior ministro da economia do atual Presidente da República Cavaco Silva, Oliveira e Costa, assumiu a liderança e criou a Sociedade Lusa de Negócios (SLN), destinada a agregar os investimentos não financeiros do grupo. Para a SLN entraram vários ex-ministros e pessoas ligadas ao Partido Social Democrata (PSD). Este grupo comprou durante vários anos bancos e corretoras, não declarando essas operações no Banco de Portugal nem clarificado a sua estrutura acionista. Em Novembro de 2008, e após uma investigação judicial que incidiu sobre diversos agentes financeiros, o *BPN* foi nacionalizado devido às perdas acumuladas de 700 milhões de euros (Cunha, 2014). Investigações levadas a cabo pela polícia levaram à suspeita que foram praticados vários crimes, entre eles, burla qualificada, fraude fiscal, corrupção, branqueamento de capitais, no

montante de 100 milhões de euros. Entre as muitas personalidades políticas ligadas ao BPN surge um conselheiro de Estado e ex-membros de anteriores governos de PSD.

3. A Internet como espaço público de discussão dos casos da corrupção

A criação de páginas denunciadoras de casos de corrupção na Internet (e.g. redes sociais, blogs, vídeos de YouTube), o lançamento de petições *online*, os movimentos cívicos e de cidadania criados nas redes sociais configuram uma nova tendência de participação popular que muitas vezes se denomina de ciberativismo. A Internet e as redes sociais apresentam-se como uma nova configuração do espaço público com potencial para o debate e formação de opiniões que em muitos casos pode contribuir para o esclarecimento de alguns temas mais mediáticos junto da opinião pública pela participação que promove junto dos cidadãos. Esta nova configuração do espaço público neste novo ecossistema mediático (Canavilhas, 2010) provoca transformações nas relações sociais e provoca alterações na forma como os cidadãos acedem à informação numa sociedade acostumada com os tradicionais meios de comunicação. Atualmente vivemos numa sociedade que passou a organizar-se em rede (Castells, 1999) e que comunica através de plataformas digitais *online*. Nas redes sociais criam-se novas possibilidades de interação, novos fluxos de informação e comunicação, os indivíduos ganham poder e autonomia para emitirem mensagens e expressarem as suas opiniões face aos temas divulgados pelos *media*, constituindo-se como um espaço facilitador da liberdade de expressão e de opinião. Através da troca e partilha de informação integradas num processo de comunicação simétrico e bidirecional, as redes sociais contribuem em grande parte para o conhecimento, informação, esclarecimento, avaliação e contraditório de muitas questões sociais e políticas. Tem-se mostrado também um grande catalisador para a mobilização comunitária dos indivíduos face a diversas causas sociais e políticas, em nome do bem comum. As petições *online*, a realização de fóruns, a organização de manifestações convocadas nas redes sociais ou as discussões públicas sobre casos concretos no âmbito político, são disso exemplo (Lobo, Serrano, 2014, p. 4)

A Internet representa uma simbiose de conteúdos de todos os meios (Canavilhas, 2010, p.4). A cultura de convergência de Henry Jenkins parte do princípio que os diferentes *media* se modificam mutuamente em uma intersecção da qual emergem novos significados (Martino, 2014, p. 36) e daí a importância de estudar a influência que se gera entre vários

meios, partindo do pressuposto de que, para além de um novo modelo de sociedade em rede (Castells, 2002), a Internet influenciou igualmente os restantes *media*. Para Canavilhas “a migração dos meios tradicionais para a *Web* esbateu fronteiras e iniciou um processo de convergência que torna cada vez mais difícil distinguir onde acaba um meio e começa outro: a imprensa ganhou distribuição global imediata, uma característica da rádio e da televisão graças aos satélites; a rádio ganhou imagem, característica típica da televisão; a televisão ganhou novos níveis de interação típicos da Internet” (2010, p. 5).

Os cidadãos hoje reúnem-se para discutir assuntos de interesse público na Internet, e essa discussão pode assumir várias formas: escrutínio ou vigilância, de crítica, de denúncia, sobre qualquer facto ou fenómeno social. Para Martino, “quando um indivíduo compartilha nas redes digitais os seus comentários a respeito do que vê, a experiência de ver televisão é alterada (...) trata-se, sobretudo, de discutir e reimaginar mensagem, que será recriada e compartilhada com outras pessoas (Martino, 2014, p. 36).

A agenda dos *media* tradicionais, controlada por interesses privados e pela regulação do poder do Estado, coexiste com a agenda dos *media* sociais, com uma opinião pública que se diferencia pela transparência, autonomia, inclusão, participação, velocidade e partilha, em que os cidadãos são os protagonistas. Os diferentes *media* são agregados e os processos de convergência dão-se quando os indivíduos recriam na sua vida quotidiana, as mensagens e as experiências em conjunto com as mensagens que derivam dos *media* tradicionais (Martino, 2014, p.36).

No âmbito do Projeto em estudo, uma análise feita a blogues, Estrela Serrano e Vanda Calado (2014) em “o contributo da blogosfera para o debate sobre a corrupção política” revelam que não são apenas os *media* tradicionais – imprensa, rádio e televisão – a contribuir para a formação das perceções dos cidadãos sobre o fenómeno da corrupção. Os novos *media*, nomeadamente as redes sociais e blogues, não podem ser ignorados como meio de disseminação de ideias, factos e acontecimentos suscetíveis de contribuírem para as perceções dos cidadãos sobre a realidade social, entre as quais a corrupção. As autoras consideram que os casos de corrupção, foram influenciados pelas agendas dos *media* tradicionais - televisão e da imprensa -, ou seja, os picos noticiosos na imprensa e na televisão correspondem nos blogues a um maior número de *posts*. Os dados confirmam o primeiro nível das teorias do agendamento – *issue agenda-setting* – nos blogues da amostra e para os quatro casos de corrupção, e concluíram que os *media* tradicionais influenciaram a agenda dos blogues no que respeita aos temas e aos actores de que falaram. Os estudos

sobre o segundo nível da teoria do agendamento – *attribute agenda setting* – não se identificam nos *posts* e blogues analisados partilhando visões e interpretações alternativas às veiculadas pelos *media* tradicionais na discussão do fenómeno da corrupção política, dado que apenas 12% dos *posts* se distanciarem do conteúdo dos *links*, introduzindo novos enquadramentos e interpretações sobre a corrupção política, e de um grande número de *posts* ser concordante com o conteúdo do *link*. Os blogues e os *posts* da amostra reproduzem o discurso dos *media* tradicionais e só de forma escassa fornecem enquadramentos e interpretações diferentes das apresentadas pelos *media* tradicionais.

As autoras concluíram que o agendamento dos casos de corrupção foi fortemente influenciado pelas agendas dos *media* tradicionais, em particular, da televisão e da imprensa, isto é, os picos noticiosos na imprensa e na televisão correspondem nos blogues a um maior número de *posts*.

Apesar de as redes sociais permitirem a produção de conteúdos próprios, há alguns aspetos que devem ser considerados quando acedemos ao tipo de informação que é partilhada, como sejam, a relevância das fontes de informação, se são fidedignas, confiáveis ou se apenas são conteúdos meramente especulativos. A confrontação de diversos pontos de vistas torna-se um imperativo quando queremos conferir a fiabilidade dos dados apresentados. Daí que a análise das fontes da informação nos *posts* em análise são relevantes para se poder aferir como é formada a agenda pública (digital).

4. Metodologia

A partir deste novo contexto, e considerando que os cidadãos nas redes sociais são atores sociais que podem contribuir para a formação de uma agenda pública (digital) complementar à agenda mediática, formulamos a seguinte pergunta de investigação: *Como foi feita a cobertura jornalística do caso BPN na televisão e que reflexos tiveram os conteúdos na rede social Facebook?*

Como a investigação é parte integrante do projeto “Jornalistic Coverage of Political Corruption: a comparative perspective”, os procedimentos metodológicos adoptados nesta parte da investigação inserem-se na metodologia desenvolvida para o projeto global. A análise de conteúdo manifesto, deu origem a uma base de dados feita em SPSS (*Predictive*

Analytics Softwares – PASW Statistics 22)⁸ com um total de 32 variáveis. A presente comunicação incorpora somente algumas dessas variáveis:

- 1) Temas: principais assuntos abordados nos três blocos informativos
- 2) Atores: principais atores incorporados nos três blocos informativos
- 3) Instituições envolvidas: principais instituições públicas e privadas
- 4) Ilícitos: variável que caracteriza o ilícito relacionado com o caso de corrupção retratado na peça, mencionado em primeiro lugar na peça.
- 5) Data: variável identifica a data correspondente à edição onde está inserida a unidade de análise
- 6) Cenários: variável que identifica o cenário onde decorre a ação representado nas imagens reproduzidas na peça. A identificação do cenário de cada peça realizar-se-á através da imagem com maior visibilidade em termos de duração

O *corpus* de análise da televisão deu origem a 467 peças fornecidas pela plataforma *e-telenews* da empresa Marktest/Mediamonitor com a pesquisa em *BPN*, Processo *BPN* e Caso *BPN*, em horário da noite dos canais de televisão de sinal aberto *RTP1*, *SIC* e *TVI* concernentes à cobertura da corrupção política sobre o caso *BPN*. As peças referem-se à cobertura jornalística durante o ano de 2009, período onde se registou um maior número de peças entre 2005 e 2012, por ter sido noticiado pela primeira vez o caso nos *media* e ser um ano onde se registou 3 eleições presidenciais, legislativas e autárquicas.

O *corpus* de análise do Facebook incide sobre os *posts* e *links* partilhados na página em análise no período que decorre entre 4 de Outubro de 2012 (abertura da página), até 2 de Dezembro de 2012.

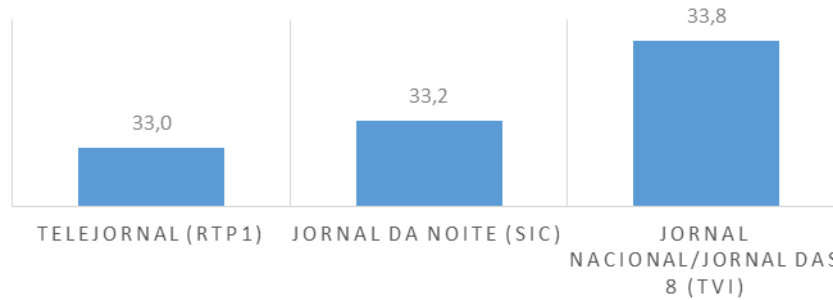
5. Análise e discussão dos resultados

O processo *BPN* teve um pico maior em 2009 registados na imprensa e na televisão. Podemos observar através do Gráfico 1 que não houve uma grande diferença de peças entre

⁸ O SPSS apresenta a última versão do software de análise predictiva o PASW Statistics 22, *Predictive Analytics Software* (PASW), (anteriormente conhecido por SPSS *Statistics*), que lidera o sector das estatísticas, sendo usado quer por Governos quer por instituições académicas na pesquisa e gestão de soluções para os mais diversos problemas. O SPSS permite suportar todo o processo analítico – preparação de dados, criação e fornecimento de relatórios de análise.

os canais, mesmo assim, a *TVI* emitiu um total de 158 peças (33,8%); seguido da *SIC* com 155 peças (33,2%) e da *RTP1* com 154 peças (33%).

Gráfico nº1 – Total de peças televisivas nos canais abertos que abordaram o *BPN* em 2009



N= 467 (Número total de peças)

Jornal Nacional/Jornal das 8 (TVI) = 158 peças (33,8%); Jornal da Noite (SIC) = 155 peças (33,2%)

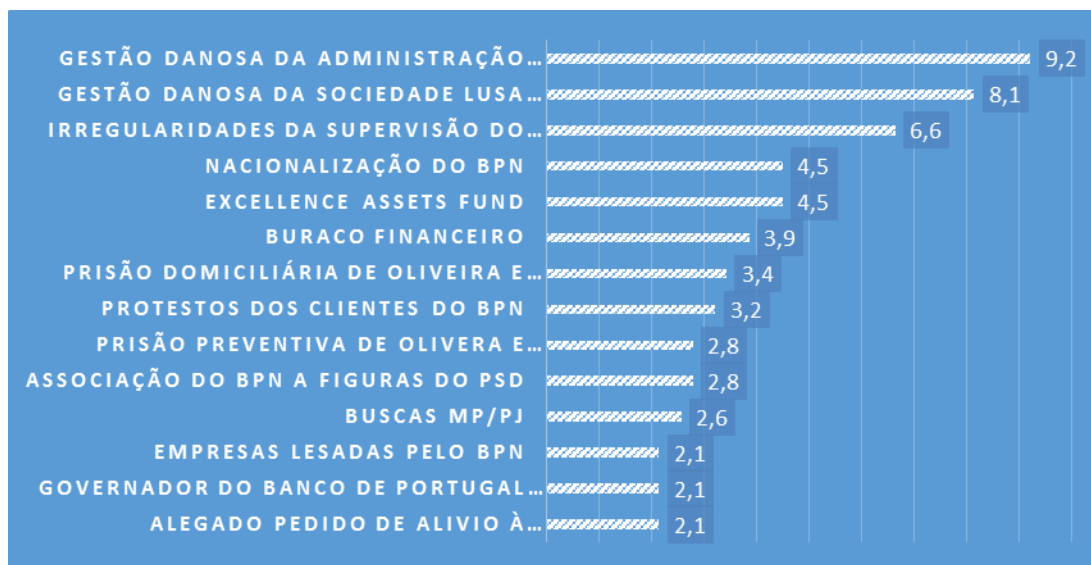
Telejornal (RTP1) = 154 peças (33%)

Fonte: Dados da empresa Marktest/Mediamonitor (análise desenvolvida pela equipa do Projeto “Corrupção Política: uma perspetiva comparada”)

Os meses com maior pico foram maio, julho e fevereiro, correspondendo a 89, 83 e 71 peças respetivamente.

Relativamente ao tema dominante neste escândalo podemos verificar que a “Gestão danosa da administração de Oliveira e Costa” é o tema principal em geral, perfazendo um total de 43 peças (9,2%). Seguido da “Gestão danosa da Sociedade Lusa de Negócios-SLN” com 38 peças (8,1%), as “Irregularidades da supervisão do Banco de Portugal” com 31 peças (6,6%); a “Nacionalização do BPN” e o “Excellence Assets Fund” ambos com 21 peças (4,5%). Essa diferença pode ser visualizada no Gráfico nº2.

Gráfico nº.2 – Temas principais no *BPN*



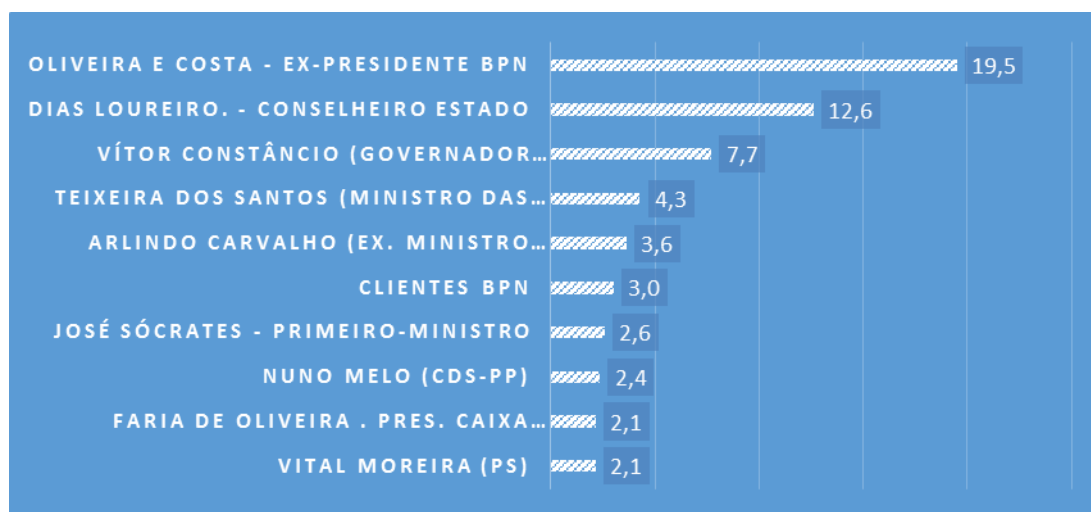
N= 467 (Número total de peças)

Gestão danosa da administração de Oliveira e Costa= 43 peças (9,2%); Gestão danosa da SLN =38 peças (8,1%); Irregularidades da supervisão do BdP=31 peças (6,6%); Nacionalização do BPN e Excellence Assets Fund= 21 peças (4,5%); Buraco financeiro= 18 peças (3,9%); Prisão domiciliária de Oliveira Costa=16 peças (3,4%); Protestos dos clientes do BPN= 15 peças (3,2%); Prisão preventiva de Oliveira e Costa e Associação do BPN a figuras do PSD=13 peças (2,8%)

Fonte: Dados da empresa Marktest/Mediamonitor (análise desenvolvida pela equipa do Projeto “Corrupção Política: uma perspetiva comparada”)

Quanto aos atores identificados, o ex-presidente do *BPN*, Oliveira e Costa, é quem assinala maior protagonismo seguido do Conselheiro de Estado Dias Loureiro e do Presidente do BdP, Victor Constâncio, como ilustra o Gráfico n.º 3. O partido político com maior destaque é o CDS-PP liderado por Paulo Portas.

Gráfico n.º.3- Atores principais do BPN



N= 467 (Número total de peças)

Oliveira e Costa=91 peças (19,5%); Dias Loureiro=59 peças (12,6%); Victor Constâncio= 36 peças (7,7%); Teixeira dos Santos= 20 peças (4,3%); Arlindo de Carvalho=17 peças (3,6%); Clientes BPN= 14 peças (3%); José Sócrates=12 peças (2,6%); Nuno Melo=11 peças (2,4%); Faria de Oliveira e Vital Moreira 10 peças (2,1%)

Fonte: Dados da empresa Marktest/Mediamonitor (análise desenvolvida pela equipa do Projeto “Corrupção Política: uma perspetiva comparada”)

Já no que diz respeito aos ilícitos associados ao *BPN* observamos que a maior parte das peças dos blocos de sinal e acesso aberto não referem nenhum ilícito, sendo que o “Crime contra a economia” e “Branqueamento de capitais” são os ilícitos mais realçados.

Também os lugares apresentados nas peças são lugares identificáveis pelo público, como é o caso do edifício da sede do *BPN*, o edifício da Assembleia da República e o edifício do Banco de Portugal.

A cobertura mediática do *BPN* na televisão teve um grande destaque durante o ano de 2009. O tratamento jornalístico entre os vários canais televisivos de terem diferentes características no que diz respeito a modelos de gestão e funcionamento.

Podemos sintetizar que da cobertura jornalística realizada pelos canais de televisão de sinal aberto, *RTP1* (canal público), *SIC* e *TVI* (canais privados), identificamos a prevalência das rotinas na construção da notícia e a personalização da política nas principais figuras de elite da democracia.

No caso da rede social Facebook, a página criada em 2012, a página de Facebook “BPN – O Maior Escândalo Financeiro na História de Portugal” é uma página que se mantém ativa na rede social desde 4 de Outubro de 2012. Atualmente (Julho 2015) conta com 3 280 seguidores (*likes*).

Fazendo uma análise ao conteúdos de alguns dos *posts* publicados no Facebook verificamos que no dia 8 de Outubro de 2012, o *post* com o “Título: Victor Constâncio e Teixeira dos Santos enganaram os portugueses”, os autores da página utilizando uma citação de Miguel Cadilhe, “Quando coisas tão graves não têm consequências, há qualquer coisa que não está bem na república em Portugal”, insurgem-se contra a nacionalização do *BPN*. Acusam ainda o ex-Governador de Portugal, Vítor Constâncio e o ex-ministro das Finanças Teixeira dos Santos. Ainda no dia 8 de Outubro, uma nova acusação com o título: Dias Loureiro o ingénuo – Documentos descobertos em porta oculta na casa de Dias Loureiro. No dia 21 de Outubro de 2012, o título: Vive no Estoril numa das casas que era do empresário Jorge de Mello (na Quinta Patino) e, ao que alegadamente se consta, é também proprietário de mais um lote anexo (Tudo em nome de sociedades "offshore"), acompanhada de uma imagem-texto (onde puseste a minha massa? Do nosso abençoado

BPN?! aparece Cavaco Silva abraçado a Dias Loureiro. Neste *post* são expostas várias questões pessoais relativas a Dias Loureiro (casa no Estoril, casamento, jantares, etc.) e ainda o BPN na Ilha do Sal (Cabo Verde), em que se faziam operações de lavagem e fugas ao Fisco, etc. O *post* faz ainda referência a outros aspetos pessoais de Dias Loureiro, nomeadamente o início da sua carreira modesta como advogado.

No dia 24 de Outubro, novo *post* faz uma denúncia relacionada com as propostas de compra do BPN, rejeitadas pela Ministra das Finanças Maria Luís Albuquerque (actual) por parte da NEI - Núcleo Estratégico de Investidores, grupo que ofereceu 121 milhões de euros que foi rejeitada, tendo sido aceite a proposta do BIC. O título “Negócio de 150 milhões envolve nomes do PSD (SLN)” No dia 24 de Outubro de 2012, denunciam um estudo encomendado pelo Ministério da Administração Interna sobre a estratégia de combate aos incêndios florestais concluiu pela necessidade de compra de seis aviões Canadair, negócio no valor total de 150 milhões de euros e que será concretizado através da Omni - Aviação e Tecnologia, representante exclusiva das aeronaves em Portugal (Omni ligada ao BPN). Acusam o Estado de adjudicar a compra a essa organização. Os autores da página falam da impunidade que prolifera no sistema português. Fazem uma comparação com a Finlândia e Islândia, onde os níveis de corrupção são mínimos, devido à eficácia da justiça.

No dia 27 de Outubro De 2012, um vídeo do YouTube, com a duração de (2:15), expressa o título que pretende fazer uma denúncia “Crise FMI Portugal Negócios BPN Offshore Gibraltar: Cavaco, Oliveira e Costa Aldeia da Coelha Algarve. Ainda neste dia é partilhado um outro vídeo: “A História de Dias Loureiro (2:24), que apelidaram de uma história emocionante que tem deixado o país colado à televisão. Dias Loureiro e Oliveira e Costa os atores principais do caso BPN expostos na televisão, voltam a ser os atores mais visados na rede social Facebook.

O título “O que aconteceu ao dinheiro do BPN? vídeo (3:40) Fraude no BPN chegaria para pagar pelo menos três subsídios de férias e natal aos portugueses, também no dia 27 de Outubro de 2012, pela partilha de um vídeo YouTube no Parlamento - Louçã vs. Passos I: "Gasto suplementar com venda do BPN é superior ao corte dos subsídios", Francisco Louçã (Partido Bloco de Esquerda- BE) interpela o Primeiro-Ministro sobre o gasto suplementar de 600 milhões previsto na privatização do BPN, sobre os salários dos gestores dos Estaleiros de Viana de Castelo, "que não têm limites", e sobre os números gritantes do desemprego - "no último trimestre, surgiram todos os dias mais mil desempregados". Ainda no dia 27 de Outubro de 2012, partilha de um vídeo YouTube, João Semedo: "BPN vai custar

mais de 5 mil milhões de euros ao Estado", o deputado João Semedo (BE) defende um inquérito parlamentar sobre a gestão do BPN e a insolvência do BPP. O BIC vai receber um BPN com 1,8 milhões de depósitos e 2,2 milhões de créditos, acabado de refinanciar com 600 milhões pelo Estado e mais um financiamento de 167 milhões para crédito malparado. "Não há muitos negócios como este", disse.

Um outro vídeo ainda publicado no dia 27 de Outubro de 2012 no YouTube: Francisco Louçã disse que: "o BPN foi o local do crime de uma das maiores fraudes no sistema financeiro português". Louçã faz a abertura do Agendamento Potestativo do Bloco relativo à situação do BPN. Louçã referiu a necessidade de responsabilizar financeiramente os acionistas, como defende o Projeto de Lei apresentado pelo Bloco, bem como as ligações e lucros obtidos por Cavaco Silva em negócios com a SLN, afirmando a este respeito que "só a mentira é um atentado à Democracia". Ainda no dia 27 de Outubro de 2012, o título: BIC integra pelo menos 900 trabalhadores do ex-BPN, 265 milhões de euros em indemnizações. Título da imagem – "O Povo acordou! O Povo decidiu! Ou Pára a Austeridade ou Paramos Portugal.

A 28 de Outubro de 2012, O título: O Dossiê do BPN. Tudo, mas tudo sobre o maior roubo financeiro em Portugal acompanha uma foto, não ao roubo das pensões.

No dia 1 de Novembro de 2012, são apresentados vários títulos: avaliações ao BPN não estavam nos arquivos da secretaria de estado; "Governo vendeu o BPN ao BIC com um desconto de 60% !!!!!!! com o subtítulo: "João Semedo considera provado que venda do BPN foi favor do Governo ao BIC"; e "BIC não espera devolver créditos do BPN ao Estado" este último acompanha uma foto com Passos Coelho (atual Primeiro-ministro), e o Presidente Angola, José Eduardo dos Santos, com o subtítulo "Banco diz que carteira de crédito foi muito selecionada, embora não seja isenta de risco". De acordo com o *Diário de Notícias* em Maio de 2012, o BIC terá integrado cerca de dois mil milhões de euros em créditos do BPN, podendo pelo acordo feito com o Estado devolver 75% destes, ou seja, cerca de 1,5 mil milhões de euros em créditos. Como contrapartida, o BIC teria de devolver os 600 milhões de euros investidos pelo Estado na sua recapitalização. Este *post* é de indignação perante os factos.

No dia 3 de Novembro, novamente a crítica a marcar o tom do *post* com o título: "Os Marajás !!!!!" e em subtítulo "Os portugueses não foram apenas à Índia (1498), onde se estabeleceram durante muitos séculos, absorveram também na sua cultura, os hábitos dos seus marajás". Não faltam marajás em Portugal, o problema é sempre o da sua seleção,

tantos são os candidatos para as diferentes categorias. Correndo o risco de sermos acusados de ter cometido graves omissões, daremos alguns exemplos ilustrativos para as várias categorias, privilegiando os insuspeitos marajás. A imagem-texto indica a praga dos Marajás. Este *post* não tem qualquer referência à fonte de informação. Neste dia o título: “Os Marajás da Assembleia da Republica” com a imagem-texto: A Praga dos Marajás, expressa indignação, descredibilização, ao mesmo tempo que crítica os partidos políticos.

No dia 12 de Novembro 2012, o título: “suspeitas de roubo de dados do BPP e BPN” é uma partilha de notícia do jornal *Diário de Notícias* com plataforma *online* (dn.pt) de 8 de Outubro de 2010. A imagem é da Polícia Judiciária. Existe suspeita e indignação expressa em subtítulo “Os dados relativos ao BPN e BPP estariam nos computadores que foram roubados das instalações da PJ há cerca de uma semana”. Outro título “Estado paga Casas de luxo do BPN” tem uma foto de Oliveira e Costa. O subtítulo, “o Grupo BPN financiou, no tempo de José Oliveira e Costa, a compra de casas de luxo na Quinta do Lago, no Algarve, e em São Paulo, no Brasil. Estes *posts* pretendem reforçar as denúncias.

No dia 2 de Dezembro de 2012, o título “BPN pode ter financiado campanhas eleitorais do PSD, sugere uma imagem-texto: “Roubo orquestrado a Portugal pela Elite”. É levantada uma suspeita. O subtítulo, “o coordenador do Bloco de Esquerda, João Semedo, afirmou esta quinta-feira que existem “fortes indícios” de que uma parte do dinheiro que circulou “entre o BPN e a sua clientela favorita” serviu para financiar partidos e campanhas partidárias, referindo-se ao PSD”. Este *post* é o último publicado no ano de 2012.

Tabela 1. Tipologia da mensagem nos *posts* publicados no Facebook

Mensagem			
Forma	Total	Conteúdo	Total
Texto	2	Crítica	21
Texto-imagem	49	Indignação	19
Texto-vídeo	x	Denúncia	14
Vídeo	13	Acusação	7
hiperligação	2	Impunidade	4
Media	11	Suspeita	2
Blogues	2	Falta transparência	3
		Apelo	1
		Informativa	1
		Perplexidade	1

Fonte: produção das autoras

Embora não tivéssemos feito a descrição exaustiva de todas as mensagens publicadas na página criada no Facebook para discutir o caso do *BPN*, as mensagens com

mais impacto na rede social foram apresentadas no dia 4 de Outubro de 2012, “Supervisores do BdP promovidos”⁹ com 1 020 partilhas. No dia 4 de Outubro, a “Opinião de João Marcelino, Diretor do Jornal *Diário de notícias* que fala da promiscuidade dos decisores políticos e económicos (2 120 likes e 20 219 partilhas), e por último, no dia 10 Outubro “BPN – Conspiração e o Golpe – A Máfia portuguesa (Maçonaria) que se governou – *La famiglia* (2 430 partilhas). No dia 10 Novembro - documentos secretos do BPN encontrados em contentor do lixo com 112 likes e 1 026 partilhas. Relativamente às mensagens, o conteúdo foi mais no sentido da denúncia, crítica e indignação, face aos políticos e partidos políticos. Os assuntos mais debatidos nos *posts*, estão relacionados com Fraude, Burla, Farra e Máfia e tudo o que esteja ligado aos Negócios Bancos (grupo BPN) e SLN. No mês de Dezembro foi partilhado apenas um *post* de suspeita levantado por um deputado do Bloco de Esquerda (BE) de que parte do dinheiro do BPN foi para financiar partidos e campanhas políticas. As mensagens e imagens associadas aos *posts* em Outubro de 2012 tendem a ridicularizar, enxovalhar, satirizar, parodiar caricaturar, ironizar e humilhar os políticos, governantes e banqueiros.

Figura 1 – Imagens de alguns *posts* publicados em Outubro de 2012 na página do Facebook



Fonte: Facebook

Foi comum recorrerem a metáforas como aconteceu no dia 4 Outubro 2012 - caso BPN – BPNGATE, por comparação ao escândalo WaterGate. Os autores dos *posts* também recorrem a montagens em forma de “cartaz de cinema” ou “cartaz de revista” n apresentação do caso BPN (encenação). Os protagonistas mais citados foram Oliveira e

⁹ BdP – Banco de Portugal

Costa, Dias Loureiro, Cavaco Silva, Duarte Lima e Mira Amaral. O conteúdo das mensagens foram mais no sentido da denúncia, crítica e indignação, face aos políticos e partidos políticos. O assunto mais debatido nos *posts*, estão relacionados com Fraude, Burla, Farra e Máfia e tudo o que esteja ligado aos Negócios Bancos (grupo *BPN*) e *SLN*. Outros assuntos encontram-se relacionados com: 1) Nacionalização *BPN* (venda ao banco *BIC*): 2) Fraude/Burla/Farra/Máfia: 3) Negócios Bancos (grupo *BPN*) e *SLN*: 4) Política Económico-Financeira nacional e mundial: 5) Outros Bancos e empresas públicas e privadas: 6) Escândalo financeiro: 7) Roubo/promiscuidade/descoberta documentos: 8) Roubo/promiscuidade/descoberta documentos: 9) Ocultação transferências bancárias *SLN*: 10) Auditorias/Consultoria/Audições/Investigação: 11) Injeção capital *BPN*/custo para o Estado: 12) Vidas privadas dos envolvidos: 13) Privilégios/enriquecimento.

Notas finais

Da análise feita à cobertura jornalística da televisão do *BPN* em 2009 em três canais de sinal aberto (*RTPI*, *SIC* e *TVI*) verificamos que os resultados apontam para o papel das rotinas jornalísticas e o valor dos critérios notícia na televisão, tais como enfatizar a “Gestão danosa” de figuras publicamente reconhecidas assim como de instituições públicas. No *BPN* as figuras apresentadas são políticas, governantes e ligadas a instituições bancárias, reconhecíveis do público, como é o caso de Cavaco Silva, Oliveira Costa e Dias Loureiro. Na busca dos ilícitos associados ao *BPN* observamos que a maior parte das peças não refere nenhum ilícito, sendo que o “Crime contra a economia” e “Branqueamento de capitais” são os ilícitos mais realçados. Também os lugares apresentados nas peças são lugares identificáveis pelo público, como é o caso do edifício da sede do *BPN*, o edifício da Assembleia da República e do Banco de Portugal.

Na televisão o escândalo do *BPN* foi um tema bastante debatido. Em todos os telejornais analisados o assunto é abordado na perspectiva de interesse do público. Contudo somos da opinião, que quando se trata de um caso de processo de corrupção que ainda esteja sob investigação do Ministério Público e das Autoridades Policiais, as notícias não podem e nem devem ser tratadas como uma verdade (principalmente quando as fontes de informação não vêm destas Instituições), correndo o risco de o espectador fazer julgamentos precipitados dos fatos.

As fontes de informação dominantes na análise foram os atores envolvidos nos casos, e outras fontes de comunicação social. Uma das alternativas de abordar e esclarecer os casos de corrupção nos três telejornais em horário nobre, seria recorrer a entrevistas a *stakeholders* da área (e.g. economistas, banqueiros, acadêmicos) que o poderiam fazer de forma mais imparcial do que as pessoas envolvidas no caso. Acrescentamos ainda que, ao longo do ano 2009, das 28 peças de comentários correspondentes ao caso *BPN*, 13 peças são da *TVI*, 12 peças da *RTP 1*, e 3 peças da *SIC*, que perfazem 6% do total de peças noticiosas.

Salientamos ainda que apesar de a *RTP1* ter um maior compromisso de programação e agenda com o público/espetador, por ser um canal de serviço público, os canais privados (*SIC* e *TVI*) também devem seguir a mesma prática quando se trata de emitir notícias desta natureza, isto é, serem o mais imparciais e promover mais o debate e discussão.

Da análise dos três meses do ano de 2012 observamos que na página do Facebook intitulada “*BPN – O Maior Escândalo Financeiro na História de Portugal*” foram partilhados *posts* que envolveram figuras políticas e banqueiros. Está implícito nos *posts* que a “corrupção” é um problema que afeta todos os cidadãos, pode destabilizar o sistema político e pôr em causa a qualidade da democracia. Na rede social o caso *BPN* ganhou visibilidade. Os *posts* que foram publicados, contribuíram para a formação das percepções dos cidadãos sobre o fenómeno da corrupção. Quem estabeleceu a agenda pública do caso *BPN* foram os *media* tradicionais, que por sua vez influenciaram a discussão do tema na rede social Facebook (Lobo, 2014). A postagem das mensagens é um misto de racionalidade na argumentação com expressões de emoção. Os cidadãos expressaram-se na maior parte dos *posts* com um sentimento de descrença, revelando que existe um elevado grau de impunidade em relação aos políticos e banqueiros. Os *posts* são reveladores da percepção negativa que os cidadãos têm da corrupção, dos políticos, da política em geral e da banca. A discussão revela um despertar de consciências e um forte envolvimento cívico. Muitas mensagens resultaram em novas produções (sátiras e paródias relativas ao caso *BPN*) – audiência criativa. A apresentação das mensagens nos *posts* assenta em três momentos: 1) Colapso do banco; 2) Nacionalização/privatização do banco; 3) Descoberta do prejuízo; 4) Responsabilização.

Embora tivessem sido partilhados vídeos, a grande fonte de informação derivou do canal de YouTube e não dos tradicionais canais da televisão em sinal aberto. A maior parte dos conteúdos foram construções da autoria dos administradores da página. Contudo, os

protagonistas presentes nos *posts* da página do facebook são os mesmos que na televisão são os mais referenciados, assim como o tema centrado na “gestão danosa” que também domina a página do Facebook, embora a perspectiva e o sentido que lhe é atribuído giram à volta da crítica, indignação e denúncia. Estes elementos discursivos revelam que as redes sociais permitem a utilização de diferentes modos de expressão e linguagem utilizados sobre os casos, permitindo novas formas de relacionamento social e participação cívica que as tecnologias digitais permitem.

Contudo, não podemos esquecer que “falar em corrupção implica não ignorar a permanente manipulação de opinião pelos *media* que é feita de forma profissionalizada”. O autor sublinha mesmo a “ausência de mecanismos de distanciação por parte dos *media* e afirma que a cobertura jornalística da corrupção política está muito longe de cobrir os aspetos mais importantes da realidade” (Pereira, 2014)¹⁰.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Canavilhas, J. (2010). O novo ecossistema mediático. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-o-novo-ecossistema-mediatico.pdf>
- Cardoso, G. (2015). A Cidade e as Redes. In: *Ter Opinião XXI*, nº 4, janeiro-junio, 82-87.
- Castells, M. (2009). *Communication Power*. Oxford: Oxford University Press.
- Castoriadis, C. (1998). *A Ascensão da Insignificância*. Editorial Bizâncio.
- Cobb, Roger W.; Ross, Jennie-Keith; Ross, Marc Howard. Agenda building as a comparative political process. *The American political science review*. 1976. vol.70. p.126-138.
- Coleman, S., J. Blumer (2009). *The Internet and Democratic Citizenship: Theory, Practice and Policy*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Conselho de Prevenção da Corrupção. 4 de março de 2009, Online <http://www.cpc.tcontas.pt>. Consultado em fevereiro de 2012.
- Conselho de Prevenção da Corrupção. Recomendação n.º 1/2009 do, publicada em Diário da República n.º140, II Série, de 22 de julho de 2009.
- Cunha, I. F. (coord.) (2007a). *Jornalismo e Democracia*. Lisboa: Ed. Paulus.

¹⁰ Comunicação apresentada por Pacheco Pereira no Colóquio A Corrupção Política e os *Media* – Uma Perspetiva Comparada, FCSH-UNL- Lisboa.

Cunha, I. F. (2007b). *Agenda da corrupção política nos media portugueses: a imprensa como estudo de caso*. 36º Encontro Anual da ANPOCS.

Cunha, I. F. (2007c). O SPSS e os estudos sobre os media e o jornalismo. In: *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Cunha, I. F. (2012). A cobertura televisiva de Partidos, Candidatos e Temas nas Legislativas. In: Figueiras, R. (coord.). *Os media e as eleições Europeias, legislativas e autárquicas de 2009*. Lisboa: Ed. Universidade Católica Editora.

Cunha, I. F. (2012). *Análise dos Media*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Cunha, I. F. (2013a). Cobertura Jornalística da Corrupção Política, Opinião Pública e constrangimentos à liberdade de expressão (2005 a 2012). In *ECAIFC*.

Cunha, I. F. (2013b). Journalistic Coverage of Political and Financial Crises and the “issue of Political Corruption. In: *Brazilian Journalism Research* 9, 1: 18 - 37.

Cunha, I. (2014). Visibilidade da cobertura jornalística da corrupção política e indicadores de opinião pública. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 371-419). Lisboa: Alêtheia.

Cunha, I. F e Serrano, E. (2014). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política: sistemas políticos, sistemas mediáticos e enquadramentos jurídicos*. ed. 1, ISBN: 978-989-622-620-6. Lisboa: Alêtheia.

Cunha, I.F. (2015). Da ‘desdemocratização’ da Europa: democracia, *media* e corrupção política. In Intercom – RBCC, São Paulo, v. 38, n.I, , p.37-63.

Dahlberg, L. (2001). The Internet and Democratic Discourse: Exploring the Prospects of Online Deliberative Forums Extending the Public Sphere. In: *Information, Communication & Society* 4 (4), p.615-633.

Di Tella, R. & Franceschelli, I. (2011). Government advertising and media coverage of corruption scandals. In. *American Economic Journal: Applied Economics* 3, p.119–151, October.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, da Academia das Ciências de Lisboa.

Ekström, M. & Johansson, B. (2008). Talk scandals. In: *Media, Culture & Society*.30(1). Sage Publications. Disponível em http://www.sagepub.com/sites/default/files/upm-binaries/40456_8b.pdf

Ekström, M. & Johansson, B. (2000). En búsqueda del escándalo. In *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, vol. V, núm. 10, diciembre, pp. 61-93. Universidad de Colima: Colima, México.

Entidade Reguladora para a Comunicação Social (2015). Públicos e consumos de média - O consumo de notícias e as plataformas digitais em Portugal e em mais dez países. ERC. Disponível em <http://www.erc.pt/download/YToyOntzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM5OiJtZWVpYS9maWNoZWlyb3Mvb2JqZWNo0b19vZmZsaW5lLzE4Mv5wZGYiO3M6NjoidGl0dWxvIjtzOjM1OiJlc3R1ZG8tCHVibGljb3MtZS1jb25zdW1vcy1kZS1tZWVpYSI7fQ==/estudo-publicos-e-consumos-de-media>

Figueiras, R. (2004). “O Sistema dos média em Portugal no contexto da globalização do século XXI. In: Cunha, I. F. e Serrano, E. (2014) *Cobertura Jornalística da Corrupção Política*. Lisboa: Alêtheia, pp.253-281.

- Grabe, M. E. (2009). *Image bite politics. News and the visual framing of elections*. Oxford, Oxford University Press.
- Habermas, J. (2003). *Direito e Democracia: entre facticidade e validade*. Vol. II, 2ª edição, Rio de Janeiro, Editoria Tempo Brasileiro.
- Johnston, M. (2005). *Syndromes of corruption: wealth, power and democracy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kerckhove, D. (1997). *A Pele da Cultura*. Lisboa. Relógio D'Água.
- Llaca, E. (2005). *La corrupción: patología colectiva*. México: Inap, p. 48.
- Lobo, M. (2014) Agenda Pública do BPN: a mediatização e espetacularização na rede social Facebook, comunicação apresentada no XIV Congresso Internacional da Ibercom, de 29 de Março a 02 de Abril 2015 em São Paulo.
- Lobo, M.; Serrano, E. (2014) Corrupção Política na Rede: O agendamento dos casos BPN, Face Oculta e Freeport no Facebook.
- Lull, J. & Hinerman, S. (2000). En búsqueda del escândalo. In *Estudios sobre las Culturas Contemporáneas*, vol. V, n. 10, diciembre, pp. 61-93. Universidad de Colima: Colima, México.
- Lull, J. & Hinerman, S. (eds.) (2005 [1997]). *Media Scandals*. Cambridge: Polity Press.
- Maia, A. J. (2006). *Representações sociais da corrupção em Portugal— contributo para o seu conhecimento*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Humanas. Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/~boccmirror/pag/maia-antonio-a-percepcao-social-sobre-a-corrupcao-em-portugal.pdf>
- Maia, A. J. (2008). “Corrupção: Realidade e Percepções – o papel da imprensa”, Tese de Mestrado, Seminário do Curso de Mestrado em Sociologia, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa – também disponível na Biblioteca Online das Ciências da Comunicação, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/maia-antonio-corrupcao-realidade-e-percepcoes.pdf>.
- Maia, A. J. (2009). “O Problema da Corrupção em Portugal: Um Contributo para a sua Caracterização”. In: *Revista de Ciências Sociais e Políticas*. Vol. 3: 83 – 132.
- Maia, A.J. (2011). O discurso social sobre o problema da corrupção em Portugal, Lisboa: *Observatório Social sobre o Problema da Corrupção em Portugal*. Working Papers, nº 7.
- Martín-Barbero, J. (2003). *Dos Meios às mediações*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- Martino, L. M. Sá (2014), *Teoria das Mídias Digitais*, Linguagens, Ambientes e Redes, Editora Vozes.
- McCombs, M. (2009). *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes.
- McCombs, M. e Shaw, D. (1972). The Agenda-Setting Function of Mass Media, Public Opinion. In. *Quarterly*, 36 (2): 176-197.
- Paixão, Bruno. (2010). *O Escândalo Político em Portugal – 1991-1993 e 2002-2004*. Coimbra: Minerva.

Patterson, T. E. (2003). Tendências do jornalismo contemporâneo. Estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a Democracia? In: *Media & Jornalismo*, nº 2, Lisboa: CIMJ, pp. 19-47.

Portela, I. (2013). Para uma metodologia no combate à corrupção: da doxa à episteme. In. *Revista Enfoques*. Vol. XI. Nº19, pp. 77-90.

Putnam, R.D., Editor (2002). *Democracies in Flux: The Evolution of Social Capital in Contemporary Society*. New York: Oxford University Press.

Recuero, R. (2009). *Redes Sociais na Internet*. Disponível em <http://www.ichca.ufal.br/graduacao/biblioteconomia/v1/wpcontent/uploads/redessociaisnainternetrecuero.pdf>

Serrano, E. (2014). A Corrupção Política e as Redes Sociais. Disponível em <https://corrupcaopoliticacimj.files.wordpress.com/2014/12/cej-conferc3aancia-9-dezembro-2014.pdf>
Serrano, E. (2014). A corrupção política vista através das redes sociais. Metodologias para o estudo de conteúdos web. In: Cunha, I. F. & Serrano, E. (coords.). *Cobertura Jornalística da Corrupção Política* (pp. 493-523). Lisboa: Alêtheia.

Serrano, E.; Calado, V. (2014) O contributo da blogosfera para o debate sobre a corrupção política. Disponível em <https://corrupcaopoliticacimj.files.wordpress.com/2014/11/seminc3a1rio-internacional-do-cimj-nov-2014.pdf>

Thompson, J. (2002). *O escândalo político. Poder e Visibilidade na era da mídia*. Petrópolis, Ed. Vozes.

Thompson, J. B. (1998). *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Editora Vozes.

Sites consultados:

APCT – Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação: <http://www.apct.pt/>

AR - Assembleia da República: <http://www.parlamento.pt>

CNE - Comissão Nacional de Eleições: <http://www.cne.pt/>

ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social - <http://www.erc.pt/>

Corrupteca- Biblioteca Internacional da Corrupção - <http://corrupteca.nupps.usp.br/publicacoes/>

Portal da Infopédia.pt: <http://www.infopedia.pt/>

Transparency International, 2015:
<http://www.transparency.org/gcb2013/country/?country=portugal>